

Sobre representar e não representar

*Viviane Sprinz Mondrzak**, Porto Alegre
*Alice Becker Lewkowicz***, Porto Alegre
*Anna Luiza Kauffmann****, Porto Alegre
*Eneida Iankilevich*****, Porto Alegre
*Gisha Brodacz***, Porto Alegre
*Gustavo Antonio de Paiva Soares***, Porto Alegre
*Idel Mondrzak****, Porto Alegre
*Luiz Ernesto Cabral Pellanda*****, Porto Alegre
*Sérgio Lewkowicz******, Porto Alegre

A proposta deste trabalho é organizar parte dos estudos sobre o tema representação, dando continuidade ao projeto do Grupo de Estudos de Epistemologia Psicanalítica da SPPA de refletir sobre conceitos fundamentais da psicanálise à luz da mudança das ciências no sentido do paradigma da complexidade e a forma como o pensamento psicanalítico se insere nesta perspectiva. Partindo de uma breve revisão de autores psicanalíticos, passando por contribuições da semiótica e das ciências cognitivas, procura discutir problemas quanto à utilização do conceito na atualidade e propor modelos possíveis para seguir pensando acerca de representação. Assim, são apresentados os dois modos de pensar sobre representação e não representação que surgiram das discussões: num deles, se proporia um espectro representacional, abolindo a noção de não representação no psiquismo; noutro, se manteria um campo do não representado como uma forma de conhecer. Apesar das diferenças, ambos têm em comum o fato de tentarem se desvincular da noção cartesiana de representação, na qual há um mundo externo pronto a ser representado, buscando um modelo em que o mundo que conhecemos é visto como

* Psiquiatra, psicanalista ditada, coordenadora do Grupo de Estudos de Epistemologia Psicanalítica e membro efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA).

** Psiquiatra, psicanalista e membro associado da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA).

*** Psiquiatra e membro aspirante graduado da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA).

**** Psiquiatra, psicanalista e membro efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA).

***** Psiquiatra, psicanalista ditada e membro efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA).

resultado da enação do sujeito que conhece, com sua estrutura particular e em congruência com seu meio. O trabalho de representação é fundamental para a organização do conhecimento, mas o que procuramos ressaltar é a centralidade, na sessão analítica, do conhecimento ainda desconhecido, construído momento a momento entre analista e paciente. Uma noção mais fácil de assimilar na teoria do que na prática clínica, já que nos afasta da segurança do conhecido e organizado, mas que é essencial para a criatividade do trabalho analítico.

Palavras-chave: representação, irrepresentável, figurabilidade, enação.

Introdução

Este trabalho se propõe a continuar o percurso de nosso grupo de estudos ao longo destes últimos anos, nos quais temos refletido sobre a mudança paradigmática das ciências no sentido da complexificação e da forma como o pensamento psicanalítico se insere nesta perspectiva.

Neste sentido, vale assinalar que a psicanálise, na virada do século passado, incluía um objeto complexo em seu campo de estudo: o inconsciente. Inconsciente este pensado, desde o início, em termos de representações, que seriam a forma como qualquer percepção se tornaria psíquico. Assim, em nosso estudo, procuramos acompanhar a palavra *representação* ao longo de uma trajetória de sentidos em que o contexto foi mudando. Desde o latim – *repræsentō, as, are* – tornar presente, pagar em dinheiro, reproduzir, imitar – sua conotação implica uma descrição de um mundo externo que é dado e está ali para ser percebido e descrito.

Em português, o termo *representação* tem inúmeros sentidos e aplicações, tanto no vocabulário corriqueiro, quanto na psicanálise, o que contribui para que seu significado nem sempre fique claro. O *dicionário Houaiss* (Houaiss, 2001), por exemplo, tem vinte acepções para o verbete *representação*, das quais consideramos que somente a última se aproxima do nosso objeto de estudo: *imagem intencionalmente chamada à consciência e mais ou menos completa de um objeto qualquer ou de um acontecimento anteriormente percebido*.

Nos vocabulários de psicanálise nem sempre o termo é encontrado. No texto de Laplanche e Pontalis (1976), focado na obra de Freud, encontramos vários verbetes sobre o tema: *representação*; *representação de coisa*; *representação de palavra*; *representação-meta*; *representante ideativo*; *representante psíquico*;

representante pulsional ou pulsão. No *Glossário de termos e conceitos psicanalíticos* da Associação Psicanalítica Americana, editado por Moore e Fine (1968), assim como no *Dicionário do pensamento kleiniano*, do britânico Hinshelwood (1992) e no *Dicionário de psicanálise*, dos franceses Roudinesco e Plon, de 1998, não consta esse verbete. Já no *Dicionário comentado do alemão de Freud*, de Luis Hanns (1996), há uma extensa discussão sobre os termos representar (*Darstellen*) e representação (*Vorstellung*).

Segundo Varela (1994), pode-se considerar que há duas formas de conceber o termo: num sentido que podemos denominar *fraco* e, noutro, *forte*. O sentido *fraco* teria mais uma conotação semântica e representação consistiria em qualquer coisa que pudesse estar no lugar de outra. Exemplo: um mapa representa certo território. O sentido *forte* pressupõe uma determinada epistemologia, a crença de que existem representações dentro da mente (imagens, símbolos) que correspondem às percepções de um mundo dado e responsáveis pelo conhecimento. Na psicanálise, podemos considerar um sentido mais forte ainda, no qual as representações inconscientes são como peças de uma engrenagem quase concreta na mente, que sofrem processos (mecanismos de defesa do ego).

Na filosofia, o conceito esteve muito presente no século XIX e partia do pressuposto de que há um mundo objetivo, previamente dado, capaz de ser reproduzido numa representação decorrente da percepção. Assim, uma representação seria a imagem, na consciência, de um objeto ou evento do mundo externo, sem sua presença, produzindo um traço de memória duradouro, o que determinaria a continuidade do passado no presente. Na sua forma original não distorcida, a memória duplicaria o conteúdo de uma percepção de um evento externo (Schimeck, 1975). Assim, Freud usa um termo central da psicologia e da filosofia de sua época, mas já não mais exatamente com o mesmo sentido. Acima de tudo, para ele, trata-se de uma representação inconsciente e que pode partir também de estímulos internos. As discussões sobre o conceito em Freud são extensas e complexas, e ele também usa o termo de diferentes maneiras, propondo um vasto leque de sentidos de representação.

De qualquer forma, as inúmeras vertentes abertas por Freud, lidas acertadamente ou não, constituíram um modelo de colorido determinista, de busca por memórias reprimidas, permanentemente armazenadas no inconsciente e que se manifestam na consciência de várias formas disfarçadas. A descoberta das *verdadeiras representações* (as inconscientes e menos distorcidas) possibilitaria o acesso à realidade das vivências (Schimeck, 1975). Este foi um modelo central da ação da psicanálise durante muito tempo e ainda impregna o pensamento psicanalítico, principalmente nos materiais clínicos.

Se acompanharmos a evolução dos estudos sobre como se dá o processo de conhecer algo, vemos que muitos questionamentos vêm sendo feitos no que tange às possibilidades de *conhecimento* da mente humana. Na filosofia, na biologia, nas neurociências encontramos a proposta de outra forma de produção de conhecimento que se daria fora do processo de representação, sugerindo que um potencial cognitivo-afetivo considerável se manifestaria de outra maneira, não representativa. Não se trata aqui de demonizar a palavra *representação*, mas, sim, de estabelecer os limites do pensamento representativo para a apreensão e compreensão da emocionalidade.

Contudo, o próprio conceito de pensamento representativo e não representativo precisa ser melhor explicitado nestas discussões, já que o que é combatido é a visão cartesiana de representação, como cópia da realidade objetiva, quando, hoje em dia, os estudos das mais diversas áreas convergem no entendimento de que o mundo que vamos conhecendo depende de nossa interação com ele a cada momento (Shöpke, 2004).

A teoria psicanalítica também evoluiu, cada vez mais rejeitando a dicotomia entre realidade objetiva e fantasia subjetiva, enfatizando níveis de interação com o mundo externo que configuram a construção momento a momento da realidade vivenciada. Neste processo, o estudo do conceito de representação e a dificuldade de delimitá-lo vêm se revelando essenciais, já que o termo é largamente usado e como se seu sentido fosse óbvio. Como diz Marucco (2013, p. 186):

O conceito de representação, que provém da filosofia da consciência, deve passar por um trabalho de reacomodação epistemológica para poder ser incluído como conceito psicanalítico.

Além disso, o tema da representação guarda relação direta com simbolização, uma área de estudo central no pensamento psicanalítico atual, na qual cada vez mais há uma preocupação em diferenciar níveis de simbolização e dificuldades neste processo.¹ Estas questões desembocam, em última instância, no tema dos mecanismos de ação da psicanálise. Esta é uma discussão teórica com uma aplicação clínica direta.

A proposta deste trabalho é, assim, organizar parte dos estudos sobre este tema realizado até o momento, partindo de uma breve revisão de autores psicanalíticos, passando por contribuições da semiótica e das ciências cognitivas,

¹ Este tema foi extensamente discutido no último congresso da *International Psychoanalytical Association* (IPA) em Praga. No nosso meio temos, por exemplo, Levy, R. (2012).

buscando discutir modelos possíveis para seguir pensando acerca de representação. Cada autor estudado mereceria um trabalho específico, mas nosso objetivo é trazer o que pudemos sistematizar até agora de nossas discussões, com o intuito de abrir novos rumos de aprofundamento do tema.

Uma breve revisão

Neste apanhado o que procuramos destacar é o modelo implícito de psiquismo considerado e como o conceito de representação se insere nele.

O conceito de representação em Freud, como já vimos, não é de fácil sistematização, antes de tudo por ser usado com nuances diversas e que se prestam a várias interpretações. Mas é indiscutível a centralidade do conceito. Como bem destacado por Green (Urribarri, 1998-1999), há uma clara diferença no papel da representação na primeira e na segunda tópica. Na primeira, a representação funda o psiquismo, já que é só através dela que a pulsão se manifesta. Na segunda tópica, a representação perde seu lugar central, não é um elemento fundador do psiquismo, mas um resultado que pode ou não ocorrer. Aqui Green localiza uma abertura para pensar num psíquico *não representado* já em Freud. Um dos problemas do conceito de representação em Freud (1915) é o lugar do afeto. Para ele, os representantes psíquicos da pulsão seriam a ideia e o afeto, mas este último é visto como uma quantidade a ser escoada. A este respeito Green propõe uma teoria generalizada da representação, na qual o afeto deve ser considerado como representante-afeto. Assim, para ele, representação seria quase sinônimo de psiquismo, mas considerando diversas relações da psique com o corpo, com outro semelhante e com o mundo. A partir de cada uma dessas relações de materiais diferentes, a psique vai produzir diferentes tipos de representações.

No pensamento kleiniano o conceito central é o de fantasia inconsciente, definido por Isaacs (1943) como a representação mental das pulsões, o conteúdo primário dos processos mentais inconscientes. Mesmo partindo da ideia freudiana da primeira tópica, do ingresso das pulsões no aparelho psíquico apenas através de seus representantes, o conceito de fantasia inconsciente é muito mais amplo. Inclui uma relação de objeto, as ansiedades despertadas e as defesas utilizadas para dar conta destas ansiedades. Não existe impulso, nem ímpeto ou reação instintivos “que não sejam, *experimentados* (grifo do autor) como fantasia inconsciente” (Isaacs, 1943, p.96). Não se utiliza o termo representação neste conceito e sim *experimentados*, destacando o papel central do afeto, da experiência.

O termo representação aparece poucas vezes na obra de Bion. Em

Transformações ele escreve: “Em muitas pinturas a eficácia da *representação* depende da perspectiva. Uma característica peculiar deste âmbito é que um lago totalmente redondo, por exemplo, poderia ser *representado* por uma elipse” (Bion, 1965, p. 15). Neste caso, entendemos que o termo está sendo usado no sentido fraco. Mais adiante, neste mesmo livro, diz:

As teorias psicanalíticas e os enunciados do analista e do paciente são representações de uma experiência emocional. Se pudermos compreender o processo de representação, isto nos ajuda a compreender a representação e aquilo que está sendo representado (*Ibid.*, p. 49).

Toda a teoria das transformações pressupõe caminhos diversos de representar uma experiência emocional incognoscível em si mesma. Bion não se ocupa do conceito de representação, sua meta é introduzir a ideia de invariantes e enfatizar um pensamento que permeia toda sua obra: o importante ao descrevermos um fenômeno serão os *relacionamentos* que as invariantes ou os objetos mantêm entre si e com outros objetos, incluindo o observador. Neste modelo, as emoções assumem mais ainda o papel de ponto de partida para o psíquico. Mas, para poderem ser utilizadas para pensar, precisam ser transformadas em elementos alfa, que ficariam armazenados. Portanto, as emoções em estado bruto, os elementos beta, ficam relegados a um plano secundário, servindo apenas para evacuação. Claro que isto não é tão simples, porque Bion reconhece a função comunicativa destes elementos não submetidos a qualquer tipo de trabalho simbólico, portanto fora da área da função alfa. Ao longo de sua obra, cada vez mais vai privilegiar as transformações em *O*, ao invés das em *K*, a experiência emocional em si, não apenas o trabalho de simbolização.

Com a psicanálise ao longo do tempo debruçando-se cada vez mais sobre pacientes com patologias mais graves, observamos na literatura psicanalítica dos últimos anos a representação aparecendo pela sua falta: o irrepresentável, o não representado. Um exemplo seria o minucioso trabalho do casal Botella (Botella & Botella, 2002), no qual destacam a existência de áreas do psiquismo correspondentes a traumas não representados e que seriam apresentados à consciência através do trabalho de figurabilidade.

Para seguir nesta discussão, é fundamental definir o que está sendo considerado como entrando na esfera representativa, principalmente quando este conceito é confrontado com o de símbolo (ou trabalho simbólico). Vemos isto, por exemplo, nas divergências entre autores franceses e ingleses que não são apenas semânticas. A escola inglesa usa os dois termos como sinônimos enquanto

que a francesa considera a simbolização como um processo bem mais tardio e elaborado, fazendo parte do registro do simbólico (Birksted-Breen, Flanders & Gibeault, 2010).

Assim, caberia uma questão a propósito do conceito de figurabilidade: esta é descrita como uma forma de elaboração simbólica que, na impossibilidade de ser feita pelo paciente, é feita pelo analista. Mas a partir de que dados surgem as figurabilidades? Não seria necessária alguma forma mais primitiva de representação, algum *indício* presente na sessão para que o analista a capte intuitivamente e faça um trabalho posterior? Um ponto importante é o fato de que o campo do *não-representado* é associado, para estes autores, apenas à patologia, a algo que falhou.

Seguindo com a revisão, Piera Aulagnier (1975) propõe um modelo do aparelho psíquico que privilegia a atividade de representação, o equivalente psíquico do trabalho de metabolização característico da atividade orgânica, função mediante a qual algo que é heterogêneo ao sistema ou é rechaçado ou transformado em homogêneo ao organismo. Não haveria psiquismo sem representação, mas considera três processos de atividade representacional:

Processo originário	–	pictograma ou representação pictográfica
Processo primário	–	fantasia ou representação fantasiada
Processo secundário	–	enunciado ou representação ideativa

É somente na esfera do processo secundário que há uma analogia entre atividade de representação e atividade cognitiva. Cada processo corresponderia a uma determinada forma de o psiquismo apresentar para si mesmo os objetos heterogêneos a ele dentro de um sistema de organização. Não há a ideia de um processo melhor do que outro, os três modos estão sempre presentes. Assim ela é outra autora que considera representação como sinônimo de psíquico, destacando a heterogeneidade nos processos representativos.

Outra autora que se dedicou extensamente ao estudo dos sistemas representacionais foi Silvia Bleichmar (2004), ao partir do reconhecimento da não homogeneidade da simbolização psíquica. Dentro de seu referencial teórico, vai buscar no início da obra de Freud (1896) – *Carta 52* – o conceito de signo de percepção como algo irreduzível a todo acoplamento por serem experiências traumáticas impossíveis de serem metabolizadas. O que queremos destacar é novamente esta visão do psiquismo como composto por um conjunto heterogêneo de representações, que não se ordenam apenas nas lógicas do inconsciente (representação coisa) ou do pré-consciente (representação palavra), mas incluem

elementos que só se tornam presentes através de indícios, não considerando a existência do não representado. Assim, Bleichmar vai estudar mais a fundo a semiótica de Charles Peirce, sobre a qual nos deteremos mais adiante.

Outro autor que traz ideias referentes ao tema em discussão é Ogden (1996) ao introduzir uma terceira posição anterior às descritas por Melanie Klein: a posição autista contígua. Para ele, cada posição seria uma determinada forma de atribuir significado às experiências e a posição autista-contígua seria a mais primitiva, corresponderia a um modo de produzir significados muito rudimentares, baseado em sensações e impressões protossimbólicas da experiência sensorial que ajudam a constituir uma experiência de superfícies delimitadas. O caráter rítmico e as experiências de contiguidade sensorial contribuiriam para uma sensação de continuidade do ser. Assim, inclui esta forma de organização das experiências, habitualmente relacionada com patologia e falhas no desenvolvimento, como uma forma importante e constitutiva.

Matte-Blanco (1975) contribui para a discussão do tema. Coloca, ao lado da visão freudiana da mente dinâmica, com impulsos, instintos e desejos que podem ou não estar em conflito, uma visão da mente como classificadora, permanentemente ordenando dados, internos e externos, que precisam ser organizados para que possamos ter conhecimento deles, já que não podemos conhecer nada em si mesmo, de forma absoluta. O conhecimento seria obtido através da possibilidade de discriminar relações entre eventos, verificar semelhanças e contrastes. Em outros termos, nossas mentes estariam sempre fazendo proposições sobre uma coisa, outra coisa e a relação entre elas. A partir daí, Matte-Blanco propõe dois modos básicos de formas de organização que estariam à disposição da mente: um modo simétrico e um modo assimétrico de organizar dados e conhecer algo (conhecimento é aqui entendido de modo amplo, não apenas conhecimento intelectual, mas a percepção de qualquer fenômeno). O primeiro, regido pelo princípio da simetria, registra a identidade, a homogeneidade, o que há de comum entre os fenômenos; o segundo, que corresponde à lógica aristotélica, discrimina diferenças.

A mente poderia ser vista como uma sequência de estratos, cada um com uma determinada proporção entre simetria e assimetria, compondo sempre uma estrutura bilógica. Do ponto de vista evolutivo, sugere que o bebê nasceria com um predomínio de simetria e sua primeira forma de perceber qualquer estímulo seria através de uma emoção, que vai sendo submetida a um processo de atividade proposicional, crescendo em assimetria com o desenvolvimento. A emoção seria, portanto, a unidade cognitiva básica, não apenas do ponto de vista do desenvolvimento, mas ao longo de toda a vida.

A ideia de um espectro está claramente enunciada aqui, tanto do ponto de vista do desenvolvimento como do funcionamento do psiquismo adulto, que apresentaria esta mesma estratificação, entre infinitas maneiras de *perceber* qualquer experiência. Dentro do assunto que estamos discutindo neste trabalho, o modelo de Matte-Blanco (1975) pressupõe a representação como sinônimo de psíquico, já que considera que a presença unicamente de simetria seria uma posição mítica. Mas, ao mesmo tempo, emoções muito primitivas são consideradas representativas.

Semiótica: um campo fértil de estudo

Vários autores psicanalíticos (por exemplo John P. Muller² e Levine, Reed & Scarfone, 2013) têm buscado na semiótica de Peirce subsídios para ampliar os estudos dos processos de representação/simbolização. Peirce foi um dos fundadores da semiótica moderna e elaborou toda uma teoria dos signos e do simbolismo. Traz, assim, outra maneira de pensar *representação* que pode abrir uma interface produtiva com a psicanálise. Parte da experiência em si mesma, de uma fenomenologia radical que considera como entidade experienciável tudo aquilo que aparece à mente. Assim, sua noção de fenômeno não se restringe a algo que podemos sentir, perceber, inferir, lembrar, ou localizar na ordem espaço temporal que o senso comum nos faz identificar como o *mundo real*. No seu estudo minucioso, acabou por classificar todos os fenômenos em três categorias, de acordo com seu substrato lógico-formal e denominou-as da forma mais simples que encontrou: primeiridade, secundidade e terceiridade (Santaella, 2008).

A *primeiridade* refere-se à qualidade da consciência imediata, uma impressão, que se associa à ideia de sentimento como qualidade que precederia toda síntese e diferenciação. É presente e imediato, original e espontâneo. A *secundidade* tem a ver com relação, o estar vivo significando estar reagindo em relação ao mundo, uma díade, ocupando um tempo e um espaço particulares. Se a primeiridade é uma qualidade, na secundidade ela está corporificada numa matéria. *Terceiridade* teria a ver com inteligibilidade, pensamentos em signos, tríade.

Seguindo nesta linha, Peirce (Santaella, 2008) propõe três tipos de signos:

- *ícone*: há uma proximidade sensorial ou emotiva entre o signo e o objeto;
- *índice*: parte de um todo, a partir dele podemos inferir a presença de outro elemento;

² Comunicação pessoal em 2013.

– *símbolo*: construção complexa, na qual um elemento está no lugar de outro ausente, mas presentificado pela relação simbólica.

Como vemos, ao contrário dos estruturalistas como Saussure (Santaella, 2008), que distinguem o mundo real do mundo das representações, Peirce (Santaella, 2008) não concebe nada fora do campo de uma relação. Para Saussure (*Ibid.*), o signo é verbal e relaciona apenas dois elementos, o significante e o significado. Já para Peirce (*Ibid.*), signo é qualquer coisa que representa alguma outra para alguém e sempre correlaciona três elementos: representamen, objeto e interpretante.

Um exemplo da utilização das ideias de Peirce pode ser encontrado nos trabalhos de Scarfone (2013), psicanalista canadense. Para ele, a questão da representação e da não representação sempre esteve presente nas ideias de Freud. Partindo do trabalho *Recordar, repetir e elaborar* e dos estudos de Peirce, propõe, em linhas gerais, um modelo de mente no qual há um substrato somático, uma mente primordial e um campo psíquico (diferenciação da mente primordial). O campo psíquico estaria povoado pelos signos de Peirce, seria o campo da representação por excelência, onde se é capaz de recordar. A mente primordial poderia apenas repetir, agir, ou apresentar descargas psicossomáticas. Ao questionar o que povoaria esta área, acaba por concluir que seriam os mesmos signos que, por algum motivo seriam usados não como signos, mas como ação concreta. Assim, a diferença seria não na essência, constituída também por representações, mas na maneira como seriam utilizadas.

Como se pode ver, a partir destas noções apenas esboçadas aqui, abre-se todo um leque para se pensar a forma como pode ser representada a todo o momento nossa relação com o mundo e os modos como estes signos gerados podem ou não ser utilizados para pensar.

Um diálogo com as ciências cognitivas

O estudo de autores das ciências cognitivas (principalmente Maturana & Varela, 1984) procura aberturas que permitam observar o funcionamento da mente humana desde outras perspectivas e, ao mesmo tempo, verificar como o pensamento psicanalítico se insere no paradigma atual do pensamento científico. Estes autores partem de uma crítica à abordagem representativa chegando Varela a uma *enativa*, valorizando o conhecimento que se dá fora da representação.

Em linhas gerais, a preocupação de uma abordagem enativa é explicitar o conhecimento que se dá no encontro da mente conhecedora com o mundo. Parte-

se do pressuposto de que não existe o mundo dado a ser apreendido e representado pela mente. A realidade não é algo dado, é dependente do sujeito da percepção. Mas não porque depende da subjetividade do observador, mas porque o que se considera um mundo relevante é inseparável da estrutura do que percebe. A cognição consiste, não de representações, mas do que Varela (2000) chama de ação corporificada, o mundo que conhecemos não é pré-estabelecido, é enactado através de nosso histórico de acoplamento estrutural, construído a partir de pequenos domínios, micromundos e microidentidades, que não são coerentes ou integrados em alguma totalidade, mas são como uma conversa desregrada, que permite que o momento cognitivo passe a existir de acordo com a constituição e a história do sistema, vivido e experimentado momento a momento.

Os estímulos externos não determinam o efeito; é a estrutura do vivo que o faz. O mesmo raio solar que induz queimadura na pele clara de um caucasiano resulta em fotossíntese numa folha verde. Aprender é, então, indissociável de viver; seres vivos estão em constante modificação em congruência com seu meio, pois é inerente à sua estrutura a capacidade de se modificar com novas experiências.

Fica clara a ênfase numa forma de conhecimento que não se dá através da lógica, mas através do que é vivido enquanto é vivido, uma percepção que se aproxima da noção de intuição, de afrouxamento das cadeias lógicas. A abordagem enativa considera que a maior capacidade de cognição consiste em colocarmos as questões relevantes que vão surgindo a cada momento. Não são pré-definidas, são *enacted* (não no sentido de representar, mas de emergir).

Winnicott (1971), ao propor seu conceito de *fenômenos transicionais*, modifica a noção até então vigente em psicanálise de um mundo externo separado de um mundo interno. Assim o paradoxo essencial para Winnicott é que, embora o objeto esteja ali para ser encontrado, ele é criado pelo bebê. Para o autor apenas o que é criado pelo sujeito tem significado para ele. Neste sentido o processo de estabelecer relações no espaço transicional estaria próximo à noção de *enação* de Varela, cuja interação do indivíduo com a realidade não pressupõe a delimitação sujeito/objeto.

Para discussão

O conceito de representação em psicanálise nasceu vinculado ao conceito da filosofia do sec. XIX, portanto ligado a uma determinada forma de compreender o psíquico e suas relações com o mundo externo, ainda que o uso de Freud não fosse exatamente o utilizado pela filosofia, como já foi brevemente discutido. No

campo da filosofia e das ciências cognitivas, várias elaborações se deram na direção de romper com a ideia de representação como forma primordial de conhecer.

E na psicanálise? A clínica impôs que se incluísse no psíquico o campo do não representado como algo fora do psiquismo, estabelecendo a dicotomia representação/não representação. Mas o que está sendo considerado como representação nesta dicotomia? Ela não poderia ser expressa de outra forma, menos estanque e que ficasse menos associada à ideia de normalidade X patologia?

Talvez uma das possíveis vias de organização das várias formas como o conceito se apresenta na atualidade do pensamento psicanalítico seria a de pensarmos num *espectro representacional*, partindo de formas muito primitivas de representação (incluindo o sensorial, os afetos) até a construção de símbolos sofisticados. A dicotomia não-representado/representado se diluiria, sendo substituída por um infinito de possibilidades representativas. Muitos pontos precisariam ser questionados nesta visão. Nesta linha de pensamento, não haveria psíquico sem representação, mas estaríamos englobando infinitas formas de representar.

O não representado não existiria, corresponderia a formas muito primitivas de representação. Que formas seriam estas? Esta visão significaria em certo sentido um retorno à primeira tópica, na qual a representação é sinônimo de psíquico? A resposta poderia ser sim e não. Sim, porque a representação seria sinônimo de psíquico e não, porque estariam incluídas no espectro representativo formas representacionais muito primitivas, que só poderiam se dar a conhecer através de indícios, climas emocionais captados pelo analista em formas também muito primitivas. A centralidade da experiência emocional vivida a cada momento da sessão se reafirma como fonte privilegiada de dados e o lugar do afeto como unidade cognitiva básica se sobressai. Nesta linha, o *não representado* que aparece na literatura psicanalítica não poderia ser relacionado apenas com patologia, mas permaneceria sempre como um nível importante de significar as experiências.

Nesta perspectiva, teríamos uma visão menos estática, que divide os campos entre representação e não representação, privilegiando um continuum de infinitas possibilidades de a mente dar conta dos vários estímulos.

Outra forma de abordar a questão da representação surgiu de nossas discussões, destacando os limites do pensamento representativo e abrindo um campo para além da representação, com potencial de abertura para o novo, sem nenhuma associação com patologia ou déficit.

Preocupado em transferir a causalidade das ciências naturais para o psiquismo, Freud cria o aparelho psíquico a partir da concepção mecanicista, baseada no modelo representativo que supõe um mundo dado (externo, fora do

sujeito) e um sujeito que apreende este mundo. Neste modelo, o mundo *é*, ele está lá e nos é possível conhecê-lo, representá-lo na mente. Além disso, tudo o que *é* tem uma razão de ser, o princípio da causalidade é inerente ao princípio da razão representativa. As ciências naturais colocam condições e verificam suas causas e efeitos, entretanto sabemos hoje que este processo, esta forma de conhecer o mundo tem limites bastante estreitos, sendo insuficiente mesmo para a maior parte dos fenômenos naturais, aqueles que se caracterizam pela complexidade.

Compreendendo o psiquismo como um exemplo de sistema complexo (Mondrzak *et al.*, 2003), cabe-nos questionar se estamos, de fato, examinando de forma razoável o funcionamento mental humano quando o compreendemos inteiro dentro do pensamento representativo, responsável por ordenar, generalizar, identificar semelhanças, processo essencial para o pensamento lógico. Não estaríamos *dispensando* de nosso estudo uma parte considerável de nosso funcionamento mental relacionado com o que *ainda não é* (porque ainda não apresenta as bordas exigidas pelo modelo representativo) como o essencial da experiência emocional, aquele momento primeiro no qual a emocionalidade apenas está sendo, sem definição do *de onde veio*, por que veio e que por definição não pode ser representado.

Fora deste limite, além da representação, haveria também conhecimento e o pensamento não representativo daria conta daquilo que a representação não alcança, o que não pode ser generalizado, organizado, as emoções em si, a singularidade de toda e qualquer experiência. Este conhecimento seria a cognição propriamente dita, para diferenciar de reconhecimento, próprio do pensamento representativo.

Esta forma de pensar contempla questões essenciais para a psicanálise, já que se refere a formas de conhecer emoções que estão sendo vividas antes de qualquer organização e se aproxima da noção de intuição como a via para captar a experiência emocional.

Para terminar

Apesar da aridez do tema representação, a possibilidade de pensar sobre ele, questioná-lo, fazê-lo *trabalhar* na interlocução com colegas psicanalistas e com autores de outras áreas confere uma vitalidade surpreendente a este que é um conceito tão caro não só à nossa área como a todo o pensamento ocidental.

Procuramos neste trabalho apresentar os dois modos de pensar sobre representação e não representação que surgiram das discussões: num deles, se

proporia um espectro representacional, abolindo a noção de não representação no psiquismo; noutro, se manteria um campo do não representado como uma forma de conhecer. Apesar das diferenças, ambos têm em comum o fato de tentarem se desvincular da noção cartesiana de representação, onde há um mundo externo pronto a ser representado, buscando um modelo na qual o mundo que conhecemos é visto como resultado da enação do sujeito que conhece, com sua estrutura particular e em congruência com seu meio. O trabalho de representação é fundamental para a organização do conhecimento, mas o que procuramos ressaltar é a centralidade, na sessão analítica, do conhecimento ainda desconhecido, construído momento a momento entre analista e paciente. Uma noção mais fácil de assimilar na teoria do que na prática clínica, já que nos afasta da segurança do conhecido e organizado, mas que é essencial para a criatividade do trabalho analítico. □

Abstract

On representing and non-representing

This paper organizes part of the studies on the topic representation, in order to continue the Project of the SPPA Psychoanalytic Epistemology Study Group. It reflects on the fundamental psychoanalytical concepts, considering the changes that took part in sciences, especially the complexity paradigm and the way psychoanalytical thinking fits in this perspective. Starting from a brief review on psychoanalytical authors, and continuing through contributions of semiotics and cognitive sciences, it discusses issues regarding the current use of the concept representation and proposes possible ways to keep studying it. Therefore there are present two ways that emerged from the discussions regarding representation and non-representation. In the first one, a representational spectrum is proposed, abolishing the notion of non-representations in the psyche. In the other one, it is considered that it is possible to get knowledge through some field of the non-represented. Despite their differences, both ways have in common the fact that they try to avoid a cartesian notion of representation which considers that there is an external world ready to be represented. They seek for a model in which the world we know is seen as a result of the individual's enaction with his particular structure and congruently with his environment. The work of representation is fundamental to the organization of knowledge; however it is emphasized the centrality of the still unknown knowledge constructed moment by moment among

analyst and patient in the analytic session. It is an easier concept to grasp in theory than in the clinical practice, since it keeps us away from the safety of what is known and organized, but it is an essential notion to the creativity of the analytical work.

Keywords: representation, unrepresentable, figurability, enaction.

Resumen

Sobre representar y no representar

La propuesta de este trabajo es organizar parte de los estudios sobre el tema de la *representación*, dando continuidad al proyecto del Grupo de Estudios de Epistemología Psicoanalítica de la SPPA de reflexionar acerca de los conceptos fundamentales del psicoanálisis a la luz del cambio de las ciencias en el sentido del paradigma de la complejidad y la manera como el pensamiento psicoanalítico se inserta en esa perspectiva. Partiendo de una breve revisión de autores psicoanalíticos, pasando por contribuciones de la semiótica y de las ciencias cognitivas, busca discutir problemas hacia la utilización del concepto en la actualidad y proponer modelos posibles para seguir pensando acerca de la representación. Así, son presentados los dos modos de pensar sobre representación y no representación que surgieron de las discusiones: en uno de ellos, se propondría un espectro representacional, aboliendo la noción de no representación en el psiquismo; en el otro, se mantendría un campo del no representado como una forma de conocer. A pesar de las diferencias, ambos tienen en común el hecho de intentaren desvincularse de la noción cartesiana de representación, en la que hay un mundo externo listo a ser representado, buscando un modelo en que el mundo que conocemos es visto como resultado de la enacción del sujeto que conoce, con su estructura particular y en congruencia con su entorno. El trabajo de representación es fundamental para la organización del conocimiento, pero lo que buscamos resaltar es la centralidad, en la sesión analítica, del conocimiento todavía desconocido, construido momento a momento entre analista y paciente. Una noción más fácil de asimilar en teoría que en la práctica clínica, ya que nos aleja de la seguridad del conocido y organizado, pero que es esencial para la creatividad del trabajo analítico.

Palabras clave: representación, irrepresentable, figurabilidad, enacción.

Referências

- Aulagnier, P. (1975). *La violencia de la interpretación*. Buenos Aires: Amorrortu, 1993.
- Bion, W. (1965). *Transformações*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- Birksted-Breen, D., Flanders, S. & Gibeault, A. *Reading french psychoanalysis*. London: Routledge, 2010.
- Bleichmar, S. (2004). Ampliar os limites da interpretação em uma clínica aberta para o real. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 45 (1),179-91, 2011.
- Botella, C. & Botella, S. (2002). *Irrepresentável*. Porto Alegre: Criação Humana.
- Freud, S.(1896) Carta 52. In _____. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 317-324). Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- _____. (1915). O inconsciente. In _____. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 185-239). Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- Hanns, L. A. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Hinshelwood, R. D. (1992). *Dicionário do pensamento kleiniano*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Houaiss, A. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Isaacs, S. (1943). A natureza e a função da fantasia. In: M. Klein. *Os progressos da psicanálise* (pp. 79-135). Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1976). *Vocabulário da psicanálise*. Lisboa: Moraes.
- Levine, H., Reed, G. & Scarfone, D. (2013) *Unrepresented states and the construction of meaning*. Londres: Karnac.
- Levy, R. (2012). From symbolizing to non-symbolizing within the scope of a link: from dreams to shouts of terror caused by an absent presence. *International Journal of Psychoanalysis*, 93 (4), 837-62.
- Marucco, N. (2013). O representável e o irrepresentável: algumas ideias gerais. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 20 (1), 185-92.
- Matte Blanco, I. (1975). *The unconscious as infinite sets*. Londres: Duckworth, 1975.
- Maturana, H. & Varela, F. (1984). *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2007.
- Mondrzak, V., Duarte, A. L., Lewkowicz, A., Kauffmann, A. L., Iankilevich, E., Brodacz, G., Soares, G., Pellanda, L. E. & Ortiz, M. R. (2003). O inconsciente na perspectiva da complexidade e do caos: uma abordagem inicial. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 10 (3), 559-70.
- Moore, B. & Fine, B. (1968). *A glossary of psychoanalytic terms and concepts*. New York: The American Psychoanalytic Association.
- Ogden, T. (1996) Sobre o conceito de uma posição autística-contígua. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 30 (2), 341-64.
- Roudinesco, E. & Plon, M.(1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Santaella, L. (2008). *A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Cengage Learning.
- Schimek, J. G. (1975). A critical re-examination of Freud's concept of unconscious mental representation. *The International Journal of Psychoanalysis*, 2 (2), 171-87.
- Scarfone, D. (2013). From traces to signs: presenting and representing. In *Unrepresented states and the construction of meaning: clinical and theoretical contributions* (pp. 75-94). Londres: Karnac.
- Shöpke, R. (2004). *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade*. São Paulo: USP
- Varela, F. (2000). *El fenómeno de la vida*. Caracas, Montevideo, Santiago de Chile: Dolmen Ediciones.
- _____. (1994). *Conhecer: as ciências cognitivas, tendências e perspectivas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Urribarri, F. (1998-1999). La representación y lo irrepresentable. Hacia una metapsicología de la clínica contemporánea: entrevista a André Green, realizada por Fernando Urribarri. *Revista de Psicoanálisis, Edición especial* (6), 327-47.
- Winnicott, D. W. (1971). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Recebido em 08/07/2013

Aceito em 17/07/2013

Revisão técnica de **Lúcia Thaler**

Viviane Sprinz Mondrzak

Rua Carvalho Monteiro, 234/801
90470-100 – Porto Alegre – RS – Brasil
e-mail: vimondrzak@terra.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA